

IMPERMANÊNCIAS: ENSAIOS DE MICROPLANEJAMENTO E PRÁTICAS URBANAS CRIATIVAS AOS INTERSTÍCIOS URBANOS NOS BAIROS BOA VISTA I E BOA VISTA II, VILA VELHA - ES.

Jáfia Quaresma Pinto (jafiaq@gmail.com); Alexandre Ricardo Nicolau (alexandre.nicolau@uvv.br); Giovanilton André Carretta Ferreira (giovanilton.ferreira@uvv.br)

Universidade Vila Velha (UVV) - Brazil

Palavras chaves: microplanejamento, práticas urbanas criativas, interstícios urbanos, intervenções

As condições de planejamento urbano através dos instrumentos urbanísticos disponíveis tendem a tratar mais precisamente do planejamento das macroescalas, em detrimento às pequenas escalas, o que, por vezes, resulta negativamente no uso e apropriações dos pequenos espaços. Este processo, colabora para desarticulação entre o plano e o desenho urbano, consentindo com a inapropriação dos vazios urbanos, bem como nos interstícios dispostos pelas cidades.

O microplanejamento se relaciona com o planejar a pequena escala, e seu debate tem urgência na inclusão e construção do planejamento das cidades, ampliando a conexão direta entre a sociedade, suas comunidades e os espaços do seu uso cotidiano. As práticas urbanas criativas surgem aliadas ao microplanejamento, propondo novas possibilidades de implementação de intervenções com soluções criativas de cunho social, urbano, ambiental e econômico.

Neste artigo, propõe-se em conjunto, tais princípios aplicados aos interstícios urbanos públicos dos bairros Boa Vista I e Boa Vista II, localizados no município de Vila Velha - ES, que se originaram, principalmente, de lacunas do processo dos planos habitacionais do governo, propostos em grande escala.

Essa conformação histórica dos bairros contribuiu para que os espaços intersticiais positivos surgissem, ademais, se tratando de locais que, na atual conjuntura, revelam escassez de áreas de convívio social, o que corrobora para utilização dos respectivos espaços.

Deste modo, as aplicações do microplanejamento e práticas urbanas criativas aos interstícios urbanos se apresentam como estratégias de intervenções que, além de promover a vida social dos espaços subutilizados, criam um conjunto comunitário de ações de: interação, participação, análise e apresentação de soluções produtivas para o bem comum do meio urbano.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa contorna, brevemente, o processo de origem dos instrumentos que norteiam o planejamento urbano no Brasil com o intuito de compreender a desarticulação entre planejamento geral (plano) e o desenho urbano (projeto) e as influências do histórico de formação dos bairros no contexto atual.

Inicialmente, em meio a todos os processos percorridos para se estabelecer, mesmo sem a decretação da lei federal (projeto de lei no 5.788/90) que originou o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2002), o Plano Diretor se inseriu e pode ser definido como um conjunto de conceitos e normas que orientam as ações que interferem no espaço urbano, (BRASIL,

2002).

Lamentavelmente, este processo não veio associado a políticas públicas eficientes para comportar a demanda dos novos habitantes, ocasionando um desequilíbrio de cunho social, econômico e ambiental, como: habitações precárias, propagação da pobreza e segregação socioespacial. Impulsionados pela situação, ao decorrer do tempo, se fez presente lutas e reivindicações com o intuito de elaborar novas concepções de desenvolvimento que visassem consolidar a economia, valorizar os potenciais existentes, efetivar a integração social, preservar os recursos naturais e melhorar a qualidade de vida (SILVA e PASSOS, 2006).

Dentro das circunstâncias ditas anteriormente, surge, desse modo, a lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 denominada Estatuto da Cidade que engloba um grupo de ideais no qual está exposto um projeto público de planejamento e gestão urbana (BRASIL, 2002). Nesse sentido, o Estatuto age como caixa de ferramentas (BRASIL, 2002) para as políticas urbanas locais, à medida que os municípios têm a responsabilidade de adotar as diretrizes e instrumentos deste, com o propósito de introduzir normas que assegurem, de forma plena, o desenvolvimento econômico, social e ambiental, afirmando o direito à cidade de forma equiparada para todos.

Ainda que a política pública na atualidade não seja tão efetiva no que se refere ao planejamento urbano, os desdobramentos desse contexto, plano geral, podem seguir variações de âmbito local e ou regional. Devido a abrangência, a realidade urbana se insere em variadas escalas, por isso se faz necessário incluir como diretriz o conceito de microplanejamento que consiste nos processos relacionados à rotina de vida nas comunidades, como: vizinhança; qualidade dos espaços públicos de uso comum; às relações afetivas que entrelaçam as pessoas, lugares e os aspectos culturais individuais (BRAGANÇA, 2005).

Outro momento relevante no processo da problemática da pesquisa, é a conformação histórica dos bairros Boa Vista I e Boa Vista II. Provenientes de dois, distintos, planos habitacionais implantados na década de 70 (AZEVEDO, 2011), os bairros desenvolveram-se baseados no desenho e planejamento urbano planejados na ocasião. Com isso, influências arquitetônicas e urbanísticas, tais quais: localização e posição das edificações; suas formas; dimensões e espaços resultantes entre si e o traçado urbano, deixaram marcas permanentes nas atuais conjunturas.

Isto posto, é possível reportar que a evolução histórica e o contexto atual foram e são elementos fundamentais de análise para um entendimento maior sobre os espaços intersticiais, visto que, a formação criou gatilhos que estão presentes em determinados momentos dos bairros e viraram objeto de estudo desse trabalho.

2. OBJETIVO

Este estudo busca propor a aplicação de conceitos na forma de propostas projetuais que visam despertar a potencialidade dos pequenos espaços, inutilizados ou não apropriados pelos grupos sociais locais, até então, sugerindo ocupações práticas e criativas e de precisa participação da comunidade, fortalecendo as relações entre as pessoas, incluindo apresentação de ideias, diagnóstico e produção vinculados diretamente ao bem comum do meio social, urbano, ambiental e econômico.

3. METODOLOGIA

O presente estudo tem como base pesquisas bibliográficas em livros e dissertações de mestrado sobre a temática do planejamento direcionado às pequenas escalas, que são norteadas, sobretudo, pelas seguintes referências: “Microplanejamento Práticas Urbanas Criativas” (ROSA, 2011), “Do Planejamento da Circulação ao Microplanejamento Integrado” (BRAGANÇA, 2005), “Espaço Público nas Cidades Contemporâneas” (SERPA 2007) e “Interstícios e Interfaces Urbanas como Oportunidades Latentes: o caso da Favela de Paraisópolis, São Paulo” (PIZARRO, 2014).

A partir dos referenciais teóricos mencionados é possível compreender a lógica das microescalas no cotidiano das pessoas que estão presentes somente, por vezes, por serem apropriações espontâneas do espaço público (FONTES, 2013). O espaço público, enquanto lugar para todos, não deve ser compreendido como produto de posse, mas sim como objeto de apropriação. Essa apropriação tem como sentido tornar o local pessoal, reconhecendo como próprio e adequado para tal função, segundo Delgado (2008, p.192) *apud* Fontes (2013 p. 132).

Desta forma, o autor Marcos L. Rosa (2011) em seu livro induz pequenas intervenções urbanas por meio do microplanejamento e práticas urbanas criativas, cujo propósito se define em:

“[...] projeto de interesse público que tem como objetivo produzir conhecimento – revelar, documentar e dividir. Pretende-se organizar uma rede, revelar formas de organização espaciais inovadoras e disseminar essa informação aos agentes e às partes envolvidas no pensamento e na construção da cidade” (ROSA, p. 14, 2011).

Baseado nisso, o autor produz uma série de ensaios que oferecem uma possível visão do que se pode denominar de microplanejamento e práticas urbanas criativas. Ações culturais, sociais e econômicas foram realizadas e retratadas por meio de ensaios atuantes na microescala, com base nas atividades e apropriações comunitárias, frisando iniciativas de baixo para cima no arranjo da paisagem urbana.

O microparcelamento, de acordo com Bragança (2005), é também definido a partir de fatores como tempo, lugar e os contextos sociais que estão inseridos. É resultado de uma conexão direta entre plano (proposta) e gestão compreendidos como o conjunto que enfrenta as eventualidades que surgem na implantação dos projetos. A proposta de intervenção, possibilita participação e envolvimento dos agentes sociais no momento em que os posiciona como influenciadores diretos na elaboração dos seus espaços, deixando o caminho livre para que as micronarrativas se revelem cada vez mais.

Keller (1979) *apud* Serpa (2007 p. 153) expõe estudo sobre o conceito de rede do cotidiano, que são as relações interpessoais desenvolvidas com a vizinhança dentro dos bairros. Essa aproximação é instruída principalmente pelas classes sociais, por consequência, nos bairros mais populares, pois as oportunidades são menores, as condições de insegurança e receio são maiores e juntas desencadeiam isolamentos que fortalecem e se tornam essenciais para o surgimento de um relacionamento mais familiar.

As redes podem se dividir em alguns gêneros: redes formais/associativas, que são as de maior alcance visual, como por exemplo, associação de moradores, igrejas, entre outros, sendo que, na maioria das vezes, têm algum porta-voz à frente das iniciativas e das formas de interação. A outra qualificação são as redes informais/submersas representadas por grupos de jovens, idosos, etc. (SERPA, 2007).

Assim sendo, o autor aborda a pertinência do papel do morador enquanto transformador da cultura e identidade do bairro, haja vista que, suas ações em conjunto (redes formais ou informais ou em rede do cotidiano) intercedem diretamente no bairro.

Em sequência, Pizarro (2014) em sua tese define os interstícios urbanos como espaços resultantes de uma arquitetura e, portanto, são nesses vazios que, com as mais diversas características, abrigam potenciais.

“São definidos como o conjunto dos espaços abertos da cidade, isto é, todos os "vazios", delimitados e conformados por interfaces verticais ou e horizontais, restando sempre, todavia, uma interface livre, de contato com o meio exterior. Podem ser públicos, semi-públicos ou privados. Tipificando e exemplificando, os interstícios são: os espaços convencionalmente classificados como livres (espaços públicos e semi-públicos como parques, praças, largos e térreos livres); os espaços que, apesar de livres em sua essência, não são vistos e apropriados como tal nas cidades brasileiras, por não caracterizarem espaços de convivência urbana (espaços públicos e semi-públicos como ruas, calçadas, galerias, miolos de quadra); e os espaços abertos que não são livres, mas sim privados (jardins de casas e condomínios, quintais, varandas, terraços, coberturas)”. (PIZARRO, p. 45, 2014).

Em vista disso, os interstícios urbanos estão presentes em toda a cidade, tanto na cidade dita formal e quanto na informal. O principal papel a exercer é o de rede fornecedora de infraestrutura, a esses locais, abrigando atividades coletivas para que integrem à população cada vez mais ao meio inserido (PIZARRO, 2014).

4. RESULTADOS

Disponíveis pelos bairros de Boa Vista I e Boa Vista II, Vila Velha – ES, os interstícios urbanos são cenários presentes no cotidiano das comunidades. E, mesmo tendo escassa área designada e estruturada como espaços livres de uso comum, encontram-se inúmeros ambientes competentes para intervenções urbanas, num local que abriga demanda, no entanto, não são devidamente ocupados.

Dentre eles, dois interstícios urbanos públicos foram destacados, com diferentes funções e potencialidades a explorar. Atualmente, tais espaços são apropriados de formas diversas, porém sem um direcionamento de desenho urbano, programas de usos e outras formas que fomentem a ampliação do convívio social entre os grupos sociais. As atuais formas de apropriação foram diagnosticadas e, sofreram processo de reflexão capaz de proporcionar base conceitual para as propostas aqui apresentadas.



Figura 1. Interstício público 1, 2018 produzida pela autora.

O interstício público 1, figura 1, foi denominado de *Espaço de Conhecimento*, se encontra no centro dos bairros, ao lado do campo de futebol, local de maior movimento, além de estar

próximo a uma escola primária e ao centro comunitário de Boa Vista I. A intenção da proposta é incrementar um instrumento que se aproprie do lugar desassistido, transformando-o num local referência de integração, de bem-estar e convívio.

Com bancos que se integram ao espaço (conforme demonstram figuras 2 e 3) de fácil produção, feitos de pallets, semelhantes a um deck de níveis diferentes, contendo caixotes que armazenam livros arrecadados, se encontra a denominada *Bibliodeck*, mobiliário de variadas funções, servindo para a leitura de livros e até arquibancada dos jogos de futebol que ocorrem no campo.



Figura 2. Proposição: espaço de conhecimento, 2018 produzida pela autora.



Figura 3. Proposição: espaço de conhecimento, 2018 produzida pela autora.

Por se localizar próximo a uma instituição de ensino fundamental e por já existir atividades comerciais de apoio à escola, o interstício público 2, figura 4, *Espaço para todos*, tem como finalidade fomentar as atividades comerciais presentes e, integrado às essas atuações, conectar pessoas ao local com espaços de vivência, esporte e lazer.



Figura 4. Interstício público 2, 2018 produzida pela autora.

É imprescindível que os equipamentos utilizados sejam reaproveitáveis e/ou de fácil produção. Deste modo, conforme figuras 5, 6 e 7, são sugeridos bancos feitos de pneus, e mobiliários diferenciados feitos de madeira mais econômica ou reciclada com acabamento em tinta, balizadores que inibem a presença de carros, barraquinhas mais idealizadas, coloridas e mais bem tratadas, podendo até expandir de acordo com os cenários futuros.



Figura 5. Proposição: espaço para todos, 2018 produzida pela autora.



Figura 6. Proposição: espaço para todos, 2018 produzida pela autora.



Figura 7. Proposição: espaço para todos, 2018 produzida pela autora.

O *Espaço para todos* são dois ambientes divididos por uma superfície livre disponível para uma feira de porte pequeno, conduzida pelos moradores, porém não fixa, podendo migrar para outros pontos classificados como potenciais pela comunidade. De um lado, a valorização comercial pode ocorrer, uma vez que o interstício comporta mais infraestrutura, criando uma espécie de praça de alimentação com um espaço disponível para pequenas apresentações ou atividades comunitárias dos bairros. Do outro lado, uma área de lazer, com equipamentos divertidos e coloridos.

5. DISCUSSÕES

A partir das propostas, é factível correlacionar os cenários atuais e futuros de ocupações para os espaços planejados. A efetivação das proposições no *Espaço de Conhecimento* é, principalmente, aumentar o convívio, lazer e aprendizado dos moradores e visitantes. Suas soluções oferecem melhores condições no âmbito social pela condução de ocupação do ambiente subutilizado, de mais integração com os estabelecimentos existentes, como: escolas, campo de futebol e o incentivo à participação na produção do local e compartilhamento dos livros e materiais necessários. Fornece possibilidades econômicas por criar estruturas futuras que viabilizam novas atividades comerciais e de influências nas habitações do entorno, além de proporcionar melhores condições ambientais com o

aproveitamento da permeabilidade do solo introduzindo mais vegetações e mobiliários de materiais reutilizados.

No *Espaço para Todos*, o local também é de convívio, lazer e cooperação dos moradores e não moradores. A apropriação do local favorece a inclusão dos estabelecimentos do entorno, como a escola e habitações, pretendendo obter a cooperação das comunidades no planejamento da feira comunitária, dos novos equipamentos implantados e na doação dos brinquedos. Fomenta as atividades comerciais presentes e cria novas oportunidades, gerando melhores condições ambientais com o aumento da permeabilidade do solo, inserção de mais vegetações e reaproveitamento dos materiais aplicados nos mobiliários urbanos sugeridos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desarticulação entre o plano (planejamento geral) e projeto (desenho urbano), juntamente com a ausência de políticas e interesses setoriais voltados para as microescalas, distanciam as hipóteses de inclusão, com eficiência, dos microespaços dentro do contexto urbano geral das cidades. Apesar do desvinculo presente, são grandes as oportunidades projetuais voltadas ao microplanejamento nos bairros.

A importância de resgatar e reafirmar as relações interpessoais dos moradores e transeuntes. Conectar as pessoas aos bairros por meio de boas lembranças, relações de pertencimento e identificação, ações sensoriais responsáveis por despertar sentimentos de prazer e satisfação por estar ou somente por passar naquele ambiente. Idealizar, contribuir com a ocupação dos espaços, não apenas como usuário, mas também como agente criador, transformador.

Há muito potencial, muitas possibilidades que se tornam limitadas pela falta de interesse e desconhecimento das possíveis alternativas a serem aplicadas aos locais e diante dos desafios, a pesquisa determina como objetivo proposições metodológicas de intervenções urbanas que reinventam, ressignificam e reanimam os interstícios urbanos de Boa Vista I e Boa Vista II, constituídas pelas vertentes sociais, urbanas, ambientais e econômicas.

As premissas apresentadas devem iniciar de uma vontade maior de transformar as atuais conjunturas, que a princípio, somente com a colaboração comunitária é factível fazê-las. Ainda devem permanecer lacunas, os personagens podem se modificar, outras condições podem influenciar e com isso novos desdobramentos se manifestarem, contudo, os fatores não anulam a eficiência e necessidade de (re)construir os microespaços com micropráticas efetivas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo, S., e Andrade, L. (2011) *A trajetória recente da política de habitação popular*. In: *Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp. 69-96. ISBN: 978-85-7982-055-7. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/xnfq4>>.
- Bragança, L. S. (2005). *Do Planejamento da Circulação ao Microplanejamento Integrado*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, Brasil.
- Brasil. (2002). *Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- Fontes, A. S. (2013). *Intervenções Temporária, Marcas Permanentes Apropriações, Arte e Festa na Cidade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Pizarro, E. P. (2014). *Interstícios e Interfaces Urbanos Como Oportunidades Latentes: o caso da Favela de Paraisópolis*, São Paulo. Dissertação de mestrado. Universidade de São Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU – USP). São Paulo, Brasil.

- Rosa, M. L. (2011). *Microplanejamento Práticas Urbanas Criativas*. São Paulo: Cultura.
- Serpa, Á. (2007) *Espaço Público na Cidade Contemporânea*. São Paulo: Contexto.
- Silva, J. R e Passos, L. A. (2006) *O negócio é participar: a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal*. – Brasília DF: CNM, SEBRAE. Disponível em <
https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/O%20neg%C3%B3cio%20%C3%A9%20participar%20-%20a%20import%C3%A2ncia%20do%20plano%20diretor%20para%20o%20desenvolvimento%20municipal.pdf>.